

BRASIL. COPA DO MUNDO 2014: ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Lucas Porciuncula Porto¹
Lucas Freier Ceron²
Luiz Ernani Bonesso de Araújo³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os impactos ambientais, econômicos e sociais que a construção dos estádios sede da Copa do Mundo gerará para o Brasil, principalmente nas localidades em que serão construídas. Pretende – se abordar neste trabalho uma visão geral de como as obras e as infraestruturas geradas afetarão as comunidades que serão removidas de suas casas. Não bastassem os impactos sociais têm-se como outro grave problema os impactos ambientais. É certo que o evento gerará ganhos econômicos em benefício de uma parte da população e, causando problemas para os setores da população mais fraca economicamente. Esses fatos podem ser enquadrados como um problema de justiça ambiental. Nesse sentido a análise se voltará para a relação entre os impactos e seus efeitos para a população atingida. Como método de pesquisa utiliza – se o método indutivo, pois se analisará os efeitos impactantes e sua relação com as noções de sustentabilidade e justiça ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Copa. Impactos. Justiça Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O slogan, divulgado na mídia no período em que o Brasil foi escolhido sede da Copa do Mundo de 2014, “a copa vai acabar, mas o desenvolvimento vai ficar”, faz iniciarmos o presente artigo com a seguinte indagação: Desenvolvimento para quem?

Em meados de Outubro de 2007, a FIFA anunciou que a sede da Copado Mundo de 2014 seria o Brasil para a alegria de uns e tristeza de outros. Deve se ter em mente que o último evento realizado no país foi em 1950 em uma época muito diferente que a atual.

Atualmente o compromisso de um país em sediar um dos maiores eventos futebolísticos do mundo requer, além de vontade, estudos aprofundados para que as obras realizadas não cause nenhum prejuízo para a população e nem ao meio ambiente.

Não se pode negar que em termos econômicos a realização da Copa do Mundo trará inúmeros benefícios para o Brasil. Apenas para ter uma ideia a economia deslanchará

¹ Autor. Acadêmico do 6º semestre do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito da Sociobiodiversidade (GPDS). Email para contato: porto.poporto@hotmail.com. Telefone: (55) 99113725

² Coautor. Acadêmico do 8º semestre do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito da Sociobiodiversidade (GPDS). Email para contato: lucasceron@gmail.com

³ Orientador. Professor do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Direito da Sociobiodiversidade (GPDS).

como uma bola de neve, capaz de quintuplicar o total dos valores investidos no evento e dar um impacto em diversos setores do país.

Serão gastos mais de 22 bilhões em infraestrutura, além dos 11 bilhões que serão injetados na economia brasileira, gerando em torno de 3,63 milhões de empregos. São doze cidades escolhidas para abrigar os jogos – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Manaus, Natal e Recife.

Quando um país se propõe a ser sede de uma Copa do Mundo, arcará com altos investimentos que poderiam ser utilizados na saúde, educação, moradia, segurança, entre outros problemas que afetam o funcionamento e a estrutura de um país.

Em um primeiro momento serão abordados neste trabalho os problemas sociais a serem enfrentados pelos moradores espalhados pelas cidades que sediará os jogos. Após, na segunda parte do artigo será abordado os impactos ambientais e a chance do Brasil em se tornar um país sustentável. Em um terceiro momento será abordado os impactos econômicos que o evento causará no Brasil. Por fim, será feita uma crítica frisando o que poderia ser feito com o dinheiro gasto com as obras da Copa.

2. IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA COPA DO MUNDO DE 2014

Os megaeventos e megaempreendimentos que estão em curso no Brasil “Tem uma raiz mais profunda, quer dizer, tem a ver com o modelo de desenvolvimento econômico predador que reina no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro”, afirma Roberto Morales, integrante do Comitê Popular da Copa.

Segundo Roberto Morales os empreendimentos que garantirão a realização da Copa do Mundo em 2014 também estão gerando impactos sociais nas cidades – sedes do evento.

Estima - se que só no Estado do Rio de Janeiro mais de 3 mil pessoas estão sob ameaça e especialmente na vila Autódromo, Barra da Tijuca, mais de 350 famílias podem ser removidas, tornando clara a ideia dos futuros problemas que poderão surgir.

Ocorre que a Copa do Mundo é um evento de abrangência nacional e por isso os estudos não poderão ficar focado apenas em uma única cidade. Serão abordados os impactos em geral que irão ocorrer pelo país.

Um dos principais problemas sociais a serem enfrentados na realização da Copa é relacionado à moradia. Consagrada como um direito básico em nossa constituição parece estar sendo esquecida pelo Poder Público.

Não faltam relatos de moradores em comunidades carentes, onde a pobreza e a falta de recursos são um grave problema a ser sanado, de ameaças por meio das empresas construtoras com o intuito de intimidar aqueles que por sua condição não conseguem fazer valer os seus direitos.

Prática muito comum essa da ameaça, tendo em vista que grande parte destes moradores ocupam as áreas de maneira irregular e na visão das construtoras os mesmos teriam que sair independentemente de possuir ou não condições de adquirir outra moradia em local legalmente permitido.

Neste viés, desde o momento em que foi anunciada a realização do evento no Brasil e a notificação das famílias à necessidade de deixar suas moradias para dar lugar às construções que sediarão a Copa do Mundo, grande parte destes moradores se queixa da falta de informações do Poder Público deixando – os cada vez mais preocupados em relação ao futuro.

Ainda, tratando dos problemas sociais, não se pode deixar passar o do estádio de Itaquera, tendo o local de sua construção uma alta valorização e com isso gerando a expulsão dos residentes daquele local, em virtude de não possuírem condições de manterem o aumento no padrão de vida que ali se estabelecerá.

Segundo uma publicação realizada no dia 03 de Abril de 2012 no site Le Monde Diplomatique Brasil, no município de São Paulo, especificamente no bairro do Itaquera, está sendo realizada a construção do estádio do Corinthians que será palco da estreia da Copa do Mundo de 2014. A construção da obra chama a atenção pelo fato de que depois de realizada aumentará muito o custo de vida do local onde reside gente de classe média baixa. Isto não ocorre apenas em Itaquera, mas em qualquer local que recebe um megaempreendimento, acaba se tornando algo natural, lei da oferta e procura.

A construção do estádio fará com que muitas famílias tenham que ser remanejadas para outros locais. A parte positiva desta situação, ou que pelo menos

ameniza um pouco o problema, é o fato de o Ministério Público Federal estar acompanhando de perto os possíveis impactos que a obra poderá causar, inclusive pedindo explicações a diversos órgãos federais de como funcionará o processo de reassentamento destas famílias. Este ato não diminui os impactos, mas servem pelo menos para o Poder Público ver que há algum tipo de fiscalização e que os moradores não estão totalmente desamparados.

Conforme dito anteriormente o evento da Copa abrangerá todo o território Nacional e praticamente todas as cidades sede sofrerão grandes impactos sociais com a população menos favorecida.

Pode-se destacar também, conforme trecho do artigo de Isabella Miranda e Fábio Merladet (Membros do Comitê Popular dos atingidos pela Copa), publicado em 06 de Abril de 2012, no Município de Belo horizonte/MG, que os impactos irão muito além da simples perda das moradias.

Havendo a realização da Copa há a possibilidade dos moradores das favelas, população de rua e outros trabalhadores informais começarem a sentir os efeitos negativos das operações urbanas e o avanço da especulação imobiliária nas regiões próximas aos estádios.

Um dossiê lançado no Rio de Janeiro de mais de 90 páginas denominado “Megaeventos e violação de direitos humanos”, organizado por entidades da sociedade civil que integram o Comitê Popular da Copa denuncia que o direito de moradia está sendo desrespeitado, bem como a falta de informações à população. O documento traz ainda a denúncia dos interesses privados se sobreporem aos públicos, além do total desrespeito à legislação urbana e ambiental.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a cobrança das Organizações das Nações Unidas em respeitar os direitos humanos na preparação para a Copa, ato que infelizmente o poder público tem deixado a desejar.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E A OPORTUNIDADE DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com a chegada da Copa do Mundo de futebol e a necessidade da construção de novos estádios estão gerando, além dos problemas sociais descritos acima, problemas ambientais, caso não seja realizado um estudo detalhado antes do início de cada construção.

A realização de um evento desta magnitude requer um mínimo de estrutura do país anfitrião evitando grandes impactos. Pode se pegar como exemplo a água: estima – se que milhares de turistas e jornalistas desembarcarão no Brasil para assistir e transmitir os jogos. Nisto, chama – se a atenção para a possibilidade de grande desperdício de água, tendo em vista que há a possibilidade dos turistas usarem inconscientemente este recurso.

Preocupado com a possível situação, causada pelo aumento populacional, o Ministério do meio ambiente já planeja ações específicas denominadas de Copa Verde, e mesmo assim especialistas acreditam não ser suficientes estas medidas, apostando que só a parte sanitária dos hotéis causará um enorme dano ambiental.

Neste sentido, em razão dos impactos resultantes das obras a serem concretizadas para promoverem a Copa do Mundo, o Ministério Público federal, no Município de fortaleza solicitou a suspensão de algumas obras até o resultado final dos Estudos de Impactos Ambientais.

A realização de estudos de impactos ambientais está previsto pelo art. 225, §1º, IV, da Constituição de 1988 como um requisito essencial para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, objetivando evitar danos futuros e irreversíveis.

Estes estudos de impactos ambientais além de estarem previstos na Lei Maior, é denominado na doutrina como princípio da precaução que adota este nome porque segundo Cristiane Derani (1997, P. 167) o princípio da precaução está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas. Este princípio procura a proteção antecipada do meio ambiente, objetivando afastar os perigos de um problema ambiental que por ventura poderá ocorrer no futuro.

Esta Copa do Mundo está sendo a grande oportunidade para o Brasil em se tornar um exemplo de país sustentável, pois segundo a FIFA o objetivo é realizar o evento

com a maior proteção ambiental possível, sendo a primeira Copa do Mundo a contar com uma enorme estratégia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

A forma que pretendem dar resultado ao programa de desenvolvimento sustentável na Copa foi apresentada durante a Rio + 20 no evento Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em Junho de 2012. Na oportunidade a FIFA em conjunto com o governo brasileiro apresentaram propostas que visam à construção de estádios verdes, manejo de resíduos, redução e compensação das emissões de carbono, energias renováveis, mudanças climáticas, dentre outros, totalizando um investimento de iniciativa da FIFA de aproximadamente US\$ 20 milhões que será dividido entre a FIFA e seus parceiros comerciais.

Promover uma Copa do Mundo é também fazer dos investimentos em infraestrutura urbana, turística e de transportes oportunidades de fazer o desenvolvimento sustentável, com benefícios que durem para a eternidade, muito além do término do evento futebolístico. Se acompanharmos as obras que estão sendo realizadas nas cidades sedes serão possível notar que o país está realmente envolvido em transformar esta Copa do mundo em um evento totalmente sustentável gerando um exemplo a ser seguido a outros países que a sediarão no futuro.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS GERADOS PELA COPA

Não se tem a menor dúvida que um evento como a copa do Mundo gera inúmeros benefícios para um país, sendo hipocrisia afirmar o contrário. Entretanto, apesar dos desenvolvimentos em infraestrutura e outros setores da economia o fato de desenvolver o país está longe de beneficiar a nação.

Estima – se um gasto de mais de 22 bilhões para a concretização do evento, vindo 98 % dos cofres públicos e o restante da iniciativa privada. Isto prova que praticamente todo o evento será custeado pelo dinheiro do Estado, ou seja, o dinheiro do contribuinte. Frisa – se novamente que não resta a menor dúvida que o evento gerará impactos positivos, juntamente com outros negativos.

Talvez um grande desafio para o governo não seja de onde captar recursos, pois atualmente existem inúmeras formas de financiamentos e acredita-se que obter o dinheiro não seja a maior incógnita.

Provavelmente com as construções e infraestruturas construídas para o evento o Brasil possa avançar em uns 20 anos, somente sendo possível com um planejamento adequado do poder público para que não haja desperdícios.

A grande questão que pode gerar um impacto negativo em longo prazo não é de onde captar verbas para a construção dos estádios e sim de onde captar recursos para a manutenção dos mesmos após a realização do evento.

Este não é apenas um problema do Brasil. Em outros eventos como da Copa da África em 2010 pode se ver bem qual foi o legado deixado pelo evento. Com um investimento aproximado de 8 bilhões, a África do Sul levantou cinco estádios e construiu a estrutura necessária para a realização dos jogos.

No entanto, dois anos após o término da Copa a África do Sul contabiliza os prejuízos com a manutenção desses estádios. Só o custo de um deles é de aproximadamente R\$ 10,5 milhões por ano.

O alto custo de manutenção e os investimentos não recuperados podem fazer do evento após seu término um enorme impacto para os cofres do governo. Serão gastos no Brasil para a realização da Copa praticamente os valores gastos nas três últimas edições do mundial: Coreia e Japão (2002) – US\$ 16 bilhões, Alemanha (2006) – US\$ 6 bilhões, e África do Sul – US\$ 8 bilhões.

A realização deste evento não irá gerar ganhos para a população em um todo e para afirmar basta realizar uma interpretação da lei 12. 663/12 (Lei Geral da Copa) que dispõe sobre as medidas relativas à Copa do Mundo FIFA 2014. A lei em questão aborda uma série de empecilhos, constituindo o direito de patentes e de exclusividade comercial à FIFA e o monopólio de mercados, dando prioridades de apenas alguns poucos auferirem renda com o evento.

Segundo o Art. 11 da “Lei Geral da Copa” estão terminantemente vedados à possibilidade de trabalhadores informais auferirem renda em uma área de 2 km em torno do evento. Tal prática mostra a força das empresas multinacionais e a forma com que a FIFA está interferindo para que o monopólio das empresas parceiras predomine em território nacional.

Frequentemente é divulgado nos meios de comunicação o quanto é precário o nosso Sistema Único de Saúde – SUS, nossa segurança, as estradas, das quais são pagos altos pedágios, em virtude de o governo alegar não ter verbas disponíveis para a sua manutenção, a nossa educação, problemas de moradia, onde nem todos conseguem ter uma moradia digna e adequada e precisam se aglomerar em favelas, sem as mínimas condições de dignidade.

Neste sentido pode se afirmar que o crescimento econômico causado em virtude da realização da Copa não beneficiará aqueles que mais precisam de renda, e sim uma minoria empresários detentores do poder e do capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente trabalho entende – se que a realização de um evento como a Copa do Mundo não será totalmente importante para o desenvolvimento do país, ao menos para grande parte da população. As obras, as infraestruturas, os investimentos realizados serão grande parte financiados com dinheiro público, ou seja, de todos os brasileiros.

Provavelmente o que mais causa repúdio em grupos e entidades que estão constantemente se manifestando contra a realização deste evento esteja ligado ao fato de bilhões de reais estarem sendo desperdiçados em prol de uma minoria que já detém o capital e não necessita de privilégios.

Neste norte, destaca-se que a promoção de um evento como este somente deveria ser promovido por países que não tenham tantos problemas sociais a serem resolvidos. O investimento de bilhões para apenas alguns dias poderiam ser investidos para a melhoria da saúde, da educação, da segurança e na criação de empregos, auxiliando as pessoas a terem uma vida mais digna.

Um exemplo prático e atual de que esses bilhões poderiam ter outro destino são o grande número de professores universitários, técnicos administrativos, dentre outras categorias federais que deflagraram greve em busca de melhores salários e condições de trabalho e em virtude da “falta de verba” não estão tendo o deferimento de suas reivindicações. Destaca-se este episódio recente para chamar a atenção que num país

tudo é questão de prioridade e necessidade e não uma questão propriamente orçamentária.

Alega a União que os reajustes reivindicados pelos funcionários públicos causariam um impacto de bilhões no orçamento anual. Ora, para investir na Copa tem, para os servidores não. Será que não é uma questão de “botar na balança” e ver o que realmente é preciso para um país desenvolver? É de conhecimento da população que a educação nunca foi prioridade para o governo, ato lamentável, pois somente com uma educação de qualidade é que uma nação cresce e se desenvolve.

Outro exemplo de precariedade que se deve destacar no sistema brasileiro é a questão da saúde, onde faltam estruturas e médicos nos hospitais e pessoas esperam dias para um atendimento adequado e eficaz.

Considerando o que foi aduzido a falta de estrutura poderia ser sanada, quem sabe em parte, com a verba destinada para a realização da Copa.

Enfim, o presente estudo conclui que a realização de um evento deve ser em prol e em benefício de todos com leis e regras impostas com o intuito de beneficiar a comunidade em geral.

6. REFERÊNCIAS:

<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/estrategia-de-sustentabilidade-da-copa-do-mundo-da-fifa-2014-e-apresentada-na-rio20>. Acesso em 04/09/12.

D'Andrea, Tiarajú. Itaquera, muito além da Copa do Mundo. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, Abril. 2012. Disponível em www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1155. Acesso em 03/09/12.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997. www.diplomatique.org.br. Acesso em 06/09/12.

Dossiê da articulação nacional do comitê popular da copa: megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil, 2011. Disponível em: <http://apublica.org/www.content/uploads/2012/dossievioaçoescopa.pdf>. Acesso em 02/09/12.

Miranda, Isabella; MERLADET, Fábio. Copa do Mundo para Quem? Comitê Popular dos atingidos pela copa. atingidoscopa2014.wordpress.com. Acesso em 03/09/12.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 06/09/12.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm. Acesso em 06/09/12.

Rede social brasileira por cidades justas e sustentáveis.

<http://redciudades.net/blog/?p=975>. Acesso em 03/09/12.